

Demonstrações Financeiras

Instituto Minas Pela Paz - IMPP

31 de dezembro de 2023
com Relatório do Auditor Independente

Instituto Minas Pela Paz - IMPP

Demonstrações financeiras

31 de dezembro de 2023

Índice

Relatório do auditor independente sobre as demonstrações financeiras.....	1
Demonstrações financeiras auditadas	
Balço patrimonial	4
Demonstração do resultado	5
Demonstração do resultado abrangente	6
Demonstração das mutações do patrimônio líquido.....	7
Demonstração dos fluxos de caixa	8
Notas explicativas às demonstrações financeiras	9

Relatório do auditor independente sobre as demonstrações financeiras

Aos
Administradores e Associados do
Instituto Minas Pela Paz - IMPP
Belo Horizonte - MG

Opinião

Examinamos as demonstrações financeiras do Instituto Minas Pela Paz - IMPP (“Instituto”), que compreendem o balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2023 e as respectivas demonstrações do resultado, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, bem como as correspondentes notas explicativas, incluindo as políticas contábeis materiais e outras informações elucidativas.

Em nossa opinião, as demonstrações financeiras acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira do Instituto Minas Pela Paz - IMPP em 31 de dezembro de 2023, o desempenho de suas operações e os seus fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, aplicáveis às entidades sem finalidade de lucros (ITG 2002 (R1)).

Base para opinião

Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Nossas responsabilidades, em conformidade com tais normas, estão descritas na seção a seguir intitulada “Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras”. Somos independentes em relação ao Instituto, de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional do Contador e nas normas profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade, e cumprimos com as demais responsabilidades éticas de acordo com essas normas. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião.

Responsabilidades da diretoria e da governança pelas demonstrações financeiras

A diretoria é responsável pela elaboração e adequada apresentação das demonstrações financeiras de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, aplicáveis às entidades sem finalidade de lucros (ITG 2002 (R1)), e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações financeiras livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro.

Na elaboração das demonstrações financeiras, a diretoria é responsável pela avaliação da capacidade do Instituto continuar operando, divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com a sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das demonstrações financeiras, a não ser que a administração pretenda liquidar o Instituto ou cessar suas operações, ou não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das operações.

Os responsáveis pela governança do Instituto são aqueles com responsabilidade pela supervisão do processo de elaboração das demonstrações financeiras.

Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras

Nossos objetivos são obter segurança razoável de que as demonstrações financeiras, tomadas em conjunto, estão livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião. Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas não uma garantia de que a auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria sempre detectam as eventuais distorções relevantes existentes. As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas demonstrações financeiras.

Como parte da auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, exercemos julgamento profissional e mantemos ceticismo profissional ao longo da auditoria. Além disso:

- Identificamos e avaliamos os riscos de distorção relevante nas demonstrações financeiras, independentemente se causada por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos, bem como obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião. O risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude é maior do que o proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos, conluio, falsificação, omissão ou representações falsas intencionais.
- Obtivemos entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria para planejarmos procedimentos de auditoria apropriados às circunstâncias, mas, não, com o objetivo de expressarmos opinião sobre a eficácia dos controles internos do Instituto.
- Avaliamos a adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis e respectivas divulgações feitas pela diretoria.
- Concluimos sobre a adequação do uso, pela diretoria, da base contábil de continuidade operacional e, com base nas evidências de auditoria obtidas, se existe incerteza relevante em relação a eventos ou condições que possam levantar dúvida significativa em relação à capacidade de continuidade operacional do Instituto. Se concluirmos que existe incerteza relevante, devemos chamar atenção em nosso relatório de auditoria para as respectivas divulgações nas demonstrações financeiras ou incluir modificação em nossa opinião, se as divulgações forem inadequadas. Nossas conclusões estão fundamentadas nas evidências de auditoria obtidas até a data de nosso relatório. Todavia, eventos ou condições futuras podem levar o Instituto a não mais se manter em continuidade operacional.
- Avaliamos a apresentação geral, a estrutura e o conteúdo das demonstrações financeiras, inclusive as divulgações e se as demonstrações financeiras representam as correspondentes transações e os eventos de maneira compatível com o objetivo de apresentação adequada.



Comunicamo-nos com os responsáveis pela governança a respeito, entre outros aspectos, do alcance planejado, da época da auditoria e das constatações significativas de auditoria, inclusive as eventuais deficiências significativas nos controles internos que identificamos durante nossos trabalhos.

Belo Horizonte, 26 de março de 2024.

ERNST & YOUNG
Auditores Independentes S/S Ltda.
CRC SP-015199/O

A handwritten signature in blue ink, appearing to read 'Cláudia Gomes Pinheiro'.

Cláudia Gomes Pinheiro
Contadora CRC MG-089076/O

Instituto Minas Pela Paz - IMPP

Balanço patrimonial
31 de dezembro de 2023 e 2022
(Valores expressos em reais)

	Nota	2023	2022
Ativo			
Circulante			
Caixa e equivalentes de caixa	4	283.302	547.211
Aplicações financeiras - valores vinculados	5	130.400	369.182
Outros ativos circulantes	6	18.959	23.103
		432.661	939.496
Não circulante			
Investimento	7	86.444	71.356
Imobilizado	8	34.307	44.164
		120.751	115.520
Total do ativo		553.412	1.055.016
Passivo			
Circulante			
Fornecedores		7.274	5.094
Impostos e contribuições a recolher	9	3.404	12.271
Provisões trabalhistas e encargos sociais	10	177.812	149.596
Recursos de projetos	11	166.860	389.990
		355.350	556.951
Patrimônio líquido	12		
Patrimônio social		498.065	808.510
Déficit acumulado		(300.003)	(310.445)
		198.062	498.065
Total do passivo e patrimônio líquido		553.412	1.055.016

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

Instituto Minas Pela Paz - IMPP

Demonstração do resultado
Exercícios findos em 31 de dezembro de 2023 e 2022
(Valores expressos em reais)

	Nota	2023	2022
Receitas operacionais			
Contribuições de pessoas jurídicas	13	475.000	476.200
Receitas de gratuidades	13	243.500	239.586
Recursos de projetos	11	715.153	164.475
Outras receitas		14.758	22.531
		1.448.411	902.792
Custos e despesas operacionais			
Despesas com projetos	14	(1.007.117)	(482.054)
Despesas administrativas	15	(793.346)	(791.843)
Despesas tributárias		(3.880)	(21.985)
		(1.804.343)	(1.295.882)
Déficit antes do resultado financeiro		(355.932)	(393.090)
Resultado financeiro, líquido	16	55.929	82.645
Déficit do exercício		(300.003)	(310.445)

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

Instituto Minas Pela Paz - IMPP

Demonstração do resultado abrangente
Exercícios findos em 31 de dezembro de 2023 e 2022
(Valores expressos em reais)

	<u>2023</u>	<u>2022</u>
Déficit do exercício	<u>(300.003)</u>	(310.445)
Resultado abrangente do exercício	<u>(300.003)</u>	<u>(310.445)</u>

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

Instituto Minas Pela Paz - IMPP

Demonstração das mutações do patrimônio líquido
Exercícios findos em 31 de dezembro de 2023 e 2022
(Valores expressos em reais)

	Patrimônio social	Superávit/ (déficit) acumulado	Total
Saldos em 31 de dezembro de 2021	628.602	179.908	808.510
Absorção de superávit	179.908	(179.908)	-
Déficit do exercício	-	(310.445)	(310.445)
Saldos em 31 de dezembro de 2022	808.510	(310.445)	498.065
Absorção de déficit	(310.445)	310.445	-
Déficit do exercício	-	(300.003)	(300.003)
Saldos em 31 de dezembro de 2023	498.065	(300.003)	198.062

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

Instituto Minas Pela Paz - IMPP

Demonstração dos fluxos de caixa
Exercícios findos em 31 de dezembro de 2023 e 2022
(Valores expressos em reais)

	Nota	2023	2022
Fluxo de caixa das atividades operacionais			
Déficit líquido do exercício		(300.003)	(310.445)
Ajustes para reconciliar o déficit líquido do exercício com o caixa gerado pelas atividades operacionais			
Depreciação	8	9.857	4.942
Receita de juros, líquida	7	(14.758)	(22.532)
		(304.904)	(328.035)
Varição dos ativos e passivos operacionais			
Redução (Aumento) em outros ativos circulantes		4.144	(4.416)
Aumento (Redução) em fornecedores		2.180	(2.030)
(Redução) Aumento em impostos e contribuições a recolher		(8.867)	9.605
Aumento em provisões trabalhistas e encargos sociais		28.216	31.501
(Redução) Aumento em recursos de projetos		(223.130)	250.279
		(197.457)	284.939
Caixa líquido gerado pelas atividades operacionais		(502.361)	(43.096)
Fluxos de caixa das atividades de investimentos			
Redução (Aumento) em aplicações financeiras - valores vinculados		238.782	(229.421)
Aumento de investimento	7	(330)	(360)
Aquisição de Imobilizado	8	-	(37.930)
Caixa líquido aplicado nas atividades de investimentos		238.452	(267.711)
Redução de caixa e equivalentes de caixa		(263.909)	(310.807)
Caixa e equivalente de caixa no início do exercício	4	547.211	858.018
Caixa e equivalente de caixa no fim do exercício	4	283.302	547.211
Redução de caixa e equivalentes de caixa		(263.909)	(310.807)

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

Instituto Minas Pela Paz - IMPP

Notas explicativas às demonstrações financeiras

31 de dezembro de 2023 e 2022

(Valores expressos em reais, exceto quando indicado de outra forma)

1. Contexto operacional

O Instituto Minas Pela Paz (“Instituto” ou “IMPP”) sediado em Belo Horizonte, Minas Gerais, iniciou suas operações em 5 de março de 2007. É uma associação de assistência social de direito privado, de fins não econômicos, criado por iniciativa de empresas e entidades de grande renome e atuação no cenário econômico nacional e, em 2014 tornou-se Organização da Sociedade Civil de Interesse Público - OSCIP, na esfera federal, passando a estar apto a estabelecer termos de parcerias com o poder público e o controle social é feito através de uma contínua prestação de contas.

O Instituto tem por finalidade promover a cultura de paz, por meio da inclusão social, em vista da transformação da vida de pessoas socialmente vulneráveis. O Instituto atua na assistência social, inclusão e promoção de direitos, no âmbito do sistema prisional através da Associação de Proteção e Assistência aos Condenados (“APAC”). Para cumprimento de suas finalidades, o Instituto observa os princípios da legalidade, impessoalidade, moralidade, publicidade, economicidade e eficiência, e pode desenvolver as seguintes atividades, sem conotação político-partidária:

- Formular, propor e acompanhar, junto à sociedade civil, programas de prevenção e redução da violência e da criminalidade;
- Desenvolver iniciativas que visem a aumentar a eficácia dos agentes de controle da violência e a confiabilidade nas instituições de Segurança Pública e Justiça, incluindo também, entre estas, o desenvolvimento de programas para a melhoria do desempenho dos recursos responsáveis pela redução da violência e da criminalidade;
- Promover ações para diminuir a criminalidade e recuperar a dignidade e civilidade dos cidadãos;
- Realizar serviços de apoio à execução e supervisão do trabalho, bem como à capacitação institucional e dos quadros funcionais, nas entidades incumbidas de elaborar e executar políticas públicas especialmente ligadas à prevenção da criminalidade e ao combate à violência;
- Colaborar na articulação dos entes políticos para a disseminação de dados e troca de experiências;
- Atuar em projetos de cooperação técnica e institucional nos planos nacional e internacional, nas áreas de sua especialidade;
- Articular, apoiar e disseminar as ações de entidades que já tenham programas na área de prevenção da violência;
- Promover outras atividades necessárias ao cumprimento dos objetivos sociais;

Instituto Minas Pela Paz - IMPP

Notas explicativas às demonstrações financeiras--Continuação

31 de dezembro de 2023 e 2022

(Valores expressos em reais, exceto quando indicado de outra forma)

1. Contexto operacional--Continuação

- Promover a assistência social através da integração ao mercado de trabalho;
- Promover projetos educacionais, culturais e esportivos;
- Produzir e comercializar produtos alusivos à marca do Instituto, inclusive em parceria com outras organizações, e aos projetos desenvolvidos pelo Instituto; e
- Prestar serviços a terceiros, inclusive de ensino, pesquisa, consultoria, projetos, desenvolvimento de produtos e programas, assessorias, contratação e intermediação de pessoal e serviços especializados.

O Instituto adota práticas de gestão administrativas necessárias e suficientes para coibir a obtenção, individual e coletiva, de benefícios ou vantagens pessoais em decorrência de participação nas suas atividades.

Seus fundadores e contribuintes colaboram de forma efetiva visando o cumprimento dos objetivos do Instituto, mediante contribuições financeiras para o desenvolvimento de projetos específicos e para a manutenção das atividades operacionais do Instituto, bem como mediante contribuição de conhecimento técnico na consecução de tais projetos.

Por não distribuir os superávits apurados (os quais são aplicados integralmente em suas atividades), não remunerar os membros de seus conselhos e cumprir outros aspectos requeridos na legislação, o Instituto é imune a impostos federais, estaduais e municipais sobre as suas operações, no que se refere ao seu patrimônio, renda e serviços para o desenvolvimento de seus objetivos, atendendo aos requisitos legais que asseguram essa imunidade.

Tendo em vista o déficit apurado no exercício de 2023 no valor de R\$ 300.003,00, entendemos que para continuidade das ações e projetos do Instituto é fundamental atuar para:

- 1 - Manter o equilíbrio e a gestão rígida das contas.
- 2 - Manter a atenção sobre o fluxo de caixa.
- 3 - Atuar fortemente na captação de novos projetos, recursos e ampliação do quadro de contribuintes.
- 4 - Avaliar alternativas de redução de custos por meio da legislação vigente.

Para manutenção e desenvolvimento das atividades no ano corrente, o Instituto Minas Pela Paz tem realizado:

Instituto Minas Pela Paz - IMPP

Notas explicativas às demonstrações financeiras--Continuação
31 de dezembro de 2023 e 2022
(Valores expressos em reais, exceto quando indicado de outra forma)

1. Contexto operacional--Continuação

- * Projetos incentivados com retorno de recursos para o caixa através de custeio de despesas operacionais.
- * Ações de captação de novos sócios e projetos em editais diversos tanto com a iniciativa privada quanto com o poder público.

2. Apresentação das demonstrações financeiras e resumo das principais políticas contábeis

Declaração de conformidade

As demonstrações financeiras do Instituto foram elaboradas e estão sendo apresentadas de acordo com as políticas contábeis adotadas no Brasil, que compreendem os Pronunciamentos Técnicos, Orientações e Interpretações emitidos pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis CPC e aprovados pelo Conselho Federal de Contabilidade-CFC. Todas as informações relevantes próprias das demonstrações financeiras, e somente elas, estão sendo evidenciadas, e correspondem às utilizadas pelo Instituto na sua gestão.

Base de elaboração

A escrituração contábil segue os critérios estabelecidos pela NBC TG 1000 - Contabilidade para Pequenas e Médias Empresas e Interpretação ITG 2002 (R1) - Entidade sem Finalidade de Lucros, que estabelecem critérios e procedimentos específicos de avaliação, de registro das transações e variações patrimoniais, de estruturação das demonstrações financeiras, e as informações mínimas a serem divulgadas em notas explicativas da entidade sem finalidade de lucros.

As demonstrações financeiras foram elaboradas com base no custo histórico. O custo histórico geralmente é baseado no valor justo das contraprestações pagas em troca de ativos na data da transação. As demonstrações financeiras serão submetidas a aprovação pelo Conselho Fiscal em 26 de março de 2024.

Instituto Minas Pela Paz - IMPP

Notas explicativas às demonstrações financeiras--Continuação
31 de dezembro de 2023 e 2022
(Valores expressos em reais, exceto quando indicado de outra forma)

2. Apresentação das demonstrações financeiras e resumo das principais políticas contábeis--Continuação

Moeda funcional e moeda de apresentação

Os itens incluídos nas demonstrações financeiras da Instituição são mensurados utilizando a moeda do principal ambiente econômico no qual a Instituição atua ("a moeda funcional").

As demonstrações financeiras estão apresentadas em reais (R\$), que corresponde à moeda funcional e de apresentação do Instituto.

Políticas contábeis

As principais políticas contábeis adotadas são como seguem:

2.1. Ativos financeiros

Reconhecimento inicial e mensuração

Ativos financeiros são classificados no reconhecimento inicial, como mensurados ao custo amortizado, ao valor justo por meio de outros resultados abrangentes - instrumento de dívida, ao valor justo através de outros resultados abrangentes - instrumento patrimonial ou ao valor justo por meio do resultado, conforme a situação. O Instituto determina a classificação dos seus ativos financeiros no momento do seu reconhecimento inicial, quando se tornam parte das disposições contratuais do instrumento.

Os ativos financeiros do Instituto incluem caixa e equivalentes de caixa e aplicações financeiras.

Em 31 de dezembro de 2023 e 2022, o Instituto mantinha ativos financeiros classificados na categoria de custo amortizado.

Os ativos financeiros do Instituto estão apresentados na Nota Explicativa nº 17.

Instituto Minas Pela Paz - IMPP

Notas explicativas às demonstrações financeiras--Continuação
31 de dezembro de 2023 e 2022
(Valores expressos em reais, exceto quando indicado de outra forma)

2. Apresentação das demonstrações financeiras e resumo das principais políticas contábeis--Continuação

Políticas contábeis--Continuação

2.1. Ativos financeiros--Continuação

Mensuração subsequente

Ativos financeiros mensurados ao valor justo por meio do resultado são apresentados no balanço patrimonial pelo valor justo, com as variações líquidas do valor justo reconhecidas na demonstração do resultado.

Ativos financeiros mensurados ao custo amortizado são mensurados subsequentemente utilizando o método de juros efetivos e estão sujeitos à redução ao valor recuperável (*impairment*). A receita de juros e o *impairment* são reconhecidos no resultado. Por fim, qualquer ganho ou perda no desreconhecimento é reconhecido também no resultado.

Desreconhecimento (baixa)

Um ativo financeiro (ou, quando for o caso, uma parte de um ativo financeiro ou parte de um grupo de ativos financeiros semelhantes) é baixado contra o resultado do exercício quando: (i) os direitos de receber fluxos de caixa do ativo expirarem; (ii) o Instituto transfere os seus direitos de receber fluxos de caixa do ativo ou assume uma obrigação de pagar integralmente os fluxos de caixa recebidos, sem demora significativa, a um terceiro por força de um acordo de “repasse”; e (iii) o Instituto transfere substancialmente todos os riscos e benefícios relativos ao ativo ou o Instituto não transfere nem retém substancialmente todos os riscos e benefícios relativos ao ativo, mas transfere o controle sobre o ativo.

2.2. Passivos financeiros

O Instituto determina a classificação dos seus passivos financeiros no momento do seu reconhecimento inicial. Estes devem ser classificados, no reconhecimento inicial ao valor justo e mensurados subsequentemente ao custo amortizado ou permanecem ao valor justo por meio do resultado, dependendo da sua natureza.

Os passivos financeiros do Instituto incluem fornecedores.

Mensuração subsequente

Para fins de mensuração subsequente, os passivos financeiros são classificados na categoria de passivos financeiros ao custo amortizado.

Instituto Minas Pela Paz - IMPP

Notas explicativas às demonstrações financeiras--Continuação
31 de dezembro de 2023 e 2022
(Valores expressos em reais, exceto quando indicado de outra forma)

2. Apresentação das demonstrações financeiras e resumo das principais políticas contábeis--Continuação

Políticas contábeis--Continuação

2.2. Passivos financeiros--Continuação

Mensuração subsequente--Continuação

Os passivos financeiros classificados como mensurados pelo custo amortizado utilizando o método de juros são reconhecidos inicialmente no recebimento dos recursos, líquidos dos custos das transações, quando aplicável. Na data do balanço estão apresentados pelos seus reconhecimentos iniciais deduzidos das amortizações das parcelas de principal, quando aplicável, e acrescidos dos correspondentes encargos incorridos.

Desreconhecimento (baixa)

Um passivo financeiro é baixado quando a obrigação sob o passivo é extinta, ou seja, quando a obrigação especificada no contrato for liquidada, cancelada ou expirar. Quando um passivo financeiro existente é substituído por outro do mesmo mutuante em termos substancialmente diferentes, ou os termos de um passivo existente são substancialmente modificados, tal troca ou modificação é tratada como o desreconhecimento do passivo original e o reconhecimento de um novo passivo. A diferença nos respectivos valores contábeis é reconhecida na demonstração do resultado.

Os passivos financeiros do Instituto estão apresentados na Nota Explicativa nº 17.

Compensação de instrumentos financeiros.

Ativos e passivos financeiros são apresentados líquidos no balanço patrimonial se, e somente se, houver um direito legal corrente e executável de compensar os montantes reconhecidos e se houver a intenção de compensação, ou de realizar o ativo e liquidar o passivo simultaneamente.

2.3. Imobilizado

Está demonstrado ao valor de custo, deduzido de depreciação. A depreciação é calculada pelo método linear e a sua vida útil estimada para os exercícios de 2023 e 2022 é demonstrada, em anos, no quadro abaixo:

	<u>Anos</u>
Equipamentos de informática	5
Móveis e utensílios	10

Instituto Minas Pela Paz - IMPP

Notas explicativas às demonstrações financeiras--Continuação

31 de dezembro de 2023 e 2022

(Valores expressos em reais, exceto quando indicado de outra forma)

2. Apresentação das demonstrações financeiras e resumo das principais políticas contábeis--Continuação

Políticas contábeis--Continuação

2.3. Imobilizado--Continuação

Os custos subsequentes são incluídos no valor contábil do ativo ou reconhecidos como um ativo separado, conforme apropriado, somente quando for provável que fluam benefícios econômicos futuros associados a esses custos e que possam ser mensurados com segurança. O valor contábil de itens ou peças substituídas e todos os outros reparos e manutenções realizados nos ativos imobilizados são lançados em contrapartida ao resultado do exercício, quando incorridos.

Um item do imobilizado é baixado após alienação ou quando não há benefícios econômicos futuros resultantes do uso contínuo do ativo. Quaisquer ganhos ou perdas na venda ou baixa de um item do imobilizado são determinados pela diferença entre os valores recebidos na venda e o valor contábil do ativo e são reconhecidos no resultado.

2.4. Reconhecimento de receita

As receitas de doações e contribuições são reconhecidas em um momento específico e as receitas advindas de recursos de projetos são apropriadas, em bases mensais, de acordo com os períodos a serem beneficiados, quando estes forem identificáveis.

Receita de juros

A receita de juros de ativo financeiro é reconhecida quando for provável que os benefícios econômicos futuros deverão fluir para o Instituto e o valor da receita possa ser mensurado com confiabilidade. A receita de juros é reconhecida pelo método linear com base no tempo e na taxa de juros efetiva sobre o montante do principal em aberto, sendo a taxa de juros efetiva aquela que desconta exatamente os recebimentos de caixa futuros estimados durante a vida estimada do ativo financeiro em relação ao valor contábil líquido inicial desse ativo.

Instituto Minas Pela Paz - IMPP

Notas explicativas às demonstrações financeiras--Continuação

31 de dezembro de 2023 e 2022

(Valores expressos em reais, exceto quando indicado de outra forma)

2. Apresentação das demonstrações financeiras e resumo das principais políticas contábeis--Continuação

Políticas contábeis--Continuação

2.5. Apurações do superávit (déficit) do exercício

As contribuições recebidas em espécie para custeio dos projetos são reconhecidas pelo regime de caixa, já que, por não representarem um compromisso por parte das empresas e fundações que as realizam, seu reconhecimento ocorre quando do recebimento pelo Instituto. As despesas e as demais receitas são reconhecidas pelo regime de competência. Todas as despesas relacionadas com as contribuições para os projetos e programas, incorridas e registradas, são previamente aprovadas pelos órgãos da administração.

Os recursos de projetos são apropriados mensalmente ao resultado do exercício e de acordo com o regime de competência, calculados pelo percentual da execução de cada projeto, com base na relação existente entre o custo orçado e custo incorrido.

3. Julgamentos, estimativas e premissas contábeis significativas

Na aplicação das políticas contábeis do Instituto, a Administração deve fazer julgamentos e elaborar estimativas a respeito dos valores contábeis dos ativos e passivos para os quais não são facilmente obtidos de outras fontes. As estimativas e as respectivas premissas estão baseadas na experiência histórica e em outros fatores considerados relevantes. Os resultados efetivos podem diferir dessas estimativas.

As estimativas e premissas subjacentes são revisadas continuamente. Os efeitos decorrentes das revisões feitas às estimativas contábeis são reconhecidos no período em que as estimativas são revistas, se a revisão afetar apenas este período, ou também em períodos posteriores se a revisão afetar tanto o período presente como períodos futuros. A despesa relativa a qualquer provisão é apresentada na demonstração do resultado, líquida de qualquer reembolso.

A seguir são apresentados os principais julgamentos e estimativas efetuados pela Administração durante o processo de aplicação das políticas contábeis do Instituto e que afetam significativamente os valores reconhecidos nas demonstrações financeiras.

i) Redução ao valor recuperável dos ativos não financeiros

Para determinar a necessidade de redução do valor recuperável dos ativos, o Instituto avalia ao fim de cada período se há alguma indicação de que seus ativos possam ter sofrido desvalorização, por meio de indicadores externos e internos.

Instituto Minas Pela Paz - IMPP

Notas explicativas às demonstrações financeiras--Continuação

31 de dezembro de 2023 e 2022

(Valores expressos em reais, exceto quando indicado de outra forma)

3. Julgamentos, estimativas e premissas contábeis significativas--Continuação

i) Redução ao valor recuperável dos ativos não financeiros--Continuação

Se houver qualquer evidência, é realizada uma estimativa do valor recuperável das unidades geradoras de caixa e o montante é reconhecido imediatamente no resultado.

Durante o exercício corrente, o Instituto julgou não haver evidências de desvalorização que possam comprometer o valor registrado dos seus ativos e, por este motivo, não foi reconhecida nenhuma provisão para redução ao valor recuperável sobre os ativos.

ii) Orçamento contratual

Os recursos de projetos são apropriados ao resultado do exercício com base no percentual de execução, calculados com base na relação percentual entre o custo incorrido e o custo orçado. Esses orçamentos de custos são revisados, no mínimo, anualmente e refletem a melhor estimativa da administração do Instituto dos custos necessários a serem incorridos na execução dos projetos.

iii) Vida útil dos bens do imobilizado

O Instituto revisa a vida útil estimada dos bens do ativo imobilizado anualmente e as taxas atualmente utilizadas são julgadas representativas das vidas úteis destes.

iv) Provisões para riscos

As provisões são reconhecidas para obrigações presentes (legal ou não formalizada) resultante de eventos passados, em que seja possível estimar os valores de forma confiável e cuja liquidação seja provável.

A avaliação da probabilidade de perda inclui a avaliação das evidências e jurisprudências disponíveis, a hierarquia das leis, as decisões mais recentes nos tribunais e sua relevância no ordenamento jurídico, bem como a avaliação dos advogados externos. As provisões para riscos são revisadas e ajustadas para levar em conta alterações nas circunstâncias, tais como prazo de prescrição aplicável, conclusões de inspeções fiscais ou exposições adicionais identificadas com base em novos assuntos ou decisões de tribunais.

Instituto Minas Pela Paz - IMPP

Notas explicativas às demonstrações financeiras--Continuação

31 de dezembro de 2023 e 2022

(Valores expressos em reais, exceto quando indicado de outra forma)

4. Caixa e equivalentes de caixa

	<u>2023</u>	<u>2022</u>
Caixa e bancos		
Caixa	1.500	1.500
Bancos - recursos sem restrição	66.167	93.771
Bancos - recursos com restrição	36.460	20.807
Aplicação financeira	179.175	431.133
	283.302	547.211

As aplicações financeiras estão registradas pelo valor de custo, acrescido dos rendimentos auferidos até a data do balanço. Referem-se a recursos aplicados em Certificados de Depósito Bancário (CDB), com variação próxima ao Certificado de Depósito Interbancário (CDI), que podem ser resgatados imediatamente sem penalidade de juros e estão sujeitas a risco insignificativo de mudança de valor.

5. Aplicações financeiras - valores vinculados

	<u>2023</u>	<u>2022</u>
Aplicação financeira - Projeto Trampolim	-	151.368
Aplicação financeira - Projeto Descubra	130.400	209.580
Aplicação financeira - Projeto Mandando a Real	-	8.234
	130.400	369.182

Refere-se a recursos de projetos que, enquanto não utilizados pelo Instituto, estão aplicados em conta específica em fundo de investimento de curto prazo com resgate automático, a taxa de juros é de 100% de CDI em 2023.

6. Outros ativos circulantes

	<u>2023</u>	<u>2022</u>
Adiantamento de férias	18.873	22.360
Adiantamento a fornecedores	86	71
Adiantamento de viagens	-	672
	18.959	23.103

Instituto Minas Pela Paz - IMPP

Notas explicativas às demonstrações financeiras--Continuação

31 de dezembro de 2023 e 2022

(Valores expressos em reais, exceto quando indicado de outra forma)

7. Investimento

	Investimento Sicoob
Saldos em 31/12/2021	48.464
Subscrição de capital	360
Subscrição e integralização de capital com juros	22.532
Saldos em 31/12/2022	71.356
Subscrição de capital	330
Subscrição e integralização de capital com juros	14.758
Saldos em 31/12/2023	86.444

Investimento compulsório exigido pelo Sicoob para abertura e manutenção de conta corrente que se dá através de cotas de capital da cooperativa.

Em dezembro de 2023 o Instituto encerrou suas operações junto ao Banco SICCOB.

8. Imobilizado

A movimentação do imobilizado é demonstrada a seguir:

2023	Equipamentos de informática	Móveis e utensílios	Total
Custo			
Saldo em 31/12/2022	67.028	14.073	81.101
Saldo em 31/12/2023	67.028	14.073	81.101
Depreciação			
Saldo em 31/12/2022	(26.430)	(10.507)	(36.937)
Adição	(9.291)	(566)	(9.857)
Saldo em 31/12/2023	(35.721)	(11.073)	(46.794)
Valor residual líquido em 31/12/2023	31.307	3.000	34.307
2022	Equipamentos de informática	Móveis e utensílios	Total
Custo			
Saldo em 31/12/2021	29.098	14.073	43.171
Adição	37.930	-	37.930
Saldo em 31/12/2022	67.028	14.073	81.101
Depreciação			
Saldo em 31/12/2021	(22.134)	(9.861)	(31.995)
Adição	(4.296)	(646)	(4.942)
Saldo em 31/12/2022	(26.430)	(10.507)	(36.937)
Valor residual líquido em 31/12/2022	40.598	3.566	44.164

Instituto Minas Pela Paz - IMPP

Notas explicativas às demonstrações financeiras--Continuação

31 de dezembro de 2023 e 2022

(Valores expressos em reais, exceto quando indicado de outra forma)

9. Impostos e contribuições a recolher

	<u>2023</u>	<u>2022</u>
IRRF sobre aplicações financeiras	3.241	11.907
PIS/COFINS/CSLL - Terceiros (i)	16	16
COFINS sobre receita financeiras	147	348
	<u>3.404</u>	<u>12.271</u>

(i) Referem-se a impostos a recolher retidos na contratação de serviços de terceiros.

10. Provisões trabalhistas e encargos sociais

	<u>2023</u>	<u>2022</u>
INSS	19.730	17.737
FGTS	7.018	-
IRRF sobre folha de pagamento	14.923	14.581
PIS sobre salários	1.154	978
Provisão de férias	134.987	116.300
	<u>177.812</u>	<u>149.596</u>

11. Recursos de projetos

	<u>2023</u>	<u>2022</u>
Receita a apropriar		
Projeto Trampolim CMDCA(i)	-	151.417
Projeto Mandando a Real (ii)	-	8.234
Projeto Descubra (iii)	166.860	230.339
	<u>166.860</u>	<u>389.990</u>
Receita contabilizada		
Projeto Trampolim CMDCA (i)	160.078	2.806
Projeto Mandando a Real (ii)	8.281	22.600
Projeto Descubra (iii)	546.794	139.069
	<u>715.153</u>	<u>164.475</u>

(i) Projeto Trampolim CMDCA

O Trampolim CMDCA visa ampliar o engajamento dos jovens atendidos no projeto Trampolim e melhorar o acompanhamento dos processos de inserção profissional dos adolescentes visando a sua permanência e conclusão do contrato de aprendiz. O projeto retomou as atividades em 2023 e encerrou-se em agosto/2023.

Instituto Minas Pela Paz - IMPP

Notas explicativas às demonstrações financeiras--Continuação

31 de dezembro de 2023 e 2022

(Valores expressos em reais, exceto quando indicado de outra forma)

11. Recursos de projetos--Continuação

(ii) Projeto Mandando a Real

Projeto realizado com recursos do Fundo Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente - FMDCA/BH, Instrumento Jurídico 01.2021.1013.0027, o projeto Mandando a Real tem o objetivo de sensibilizar e despertar os adolescentes e seus familiares para as alternativas de produção e reprodução da vida econômica como forma de mitigar os impactos da pandemia da COVID-19. Propomos como ação, produzir e disponibilizar 10 tirinhas com 04 quadros cada com o conteúdo formativo e educacional sobre letramento empreendedor para adolescentes moradores de periferias e seus familiares.

Os conteúdos do Mandando a Real sobre Letramento Empreendedor busca sugerir a importância de se fazer a conexão das juventudes das periferias com o universo tecnológico, disponibilizando o acesso às informações e estimulando o empreendedorismo criativo.

Projeto concluído em fevereiro de 2023.

(iii) Projeto Descubra

O Projeto Descubra é uma iniciativa do Instituto Minas Pela Paz, custeada através de termo de reversão firmado perante o Ministério Público do Trabalho de Minas Gerais, referente ao processo judicial n. 0090600.86.2009.5.03.0020, cuja destinação foi homologada pela Justiça do Trabalho. Visa elaborar e implantar um programa de gestão do conhecimento, das informações e dos resultados do Programa Descubra em Belo Horizonte em parceria com o Ministério Público do Trabalho de Minas Gerais e as organizações signatárias do programa.

12. Patrimônio líquido

As contribuições recebidas pelo Instituto são empregadas integralmente nos seus objetivos sociais, vide contexto operacional, bem como nos gastos despendidos em bens necessários ao seu funcionamento administrativo.

O valor do superávit/déficit do exercício é registrado nessa rubrica e transferido para a conta patrimônio social após a aprovação das demonstrações financeiras pelo Conselho Fiscal.

Instituto Minas Pela Paz - IMPP

Notas explicativas às demonstrações financeiras--Continuação

31 de dezembro de 2023 e 2022

(Valores expressos em reais, exceto quando indicado de outra forma)

13. Receitas operacionais

a) Contribuições de pessoas jurídicas

A arrecadação de fundos para gerir as ações de prevenção da violência e da criminalidade, inclusive por meio da implantação e incentivo a projetos culturais e sociais e outros que visem a estes objetivos, é oriunda de empresas do setor privado e de entidades que possuem ligação com o Instituto, como demonstrado a seguir:

	<u>2023</u>	<u>2022</u>
A&C Centro de Contatos	30.000	30.000
AngloGold Ashanti Brasil Mineração Ltda.	30.000	-
Associação Instituto MRV	30.000	30.000
Banco BMG S.A.	-	30.000
Betania Tanure Associados	10.000	10.000
Celulose Nipo Brasileira S.A Cenibra	30.000	30.000
Cia. de Fiação e Tecidos Cedro e Cachoeira S.A.	30.000	31.200
Companhia Energética D	30.000	30.000
Coop. Central dos Produtos Rurais de MG Ltda. - Itambé	-	30.000
FCA Fiat Chrysler Participações Brasil Ltda.	60.000	-
Gerdau Aço Minas S.A.	30.000	30.000
Hospital Mater Dei S.A.	30.000	30.000
Líder Táxi Aéreo S.A.	30.000	30.000
Localiza Rent a Car	30.000	30.000
Petronas Lubrificantes Brasil	15.000	15.000
Tracbel S/A	30.000	30.000
Unimed BH - Instituto de Trabalho Médico	30.000	30.000
USIMINAS S/A	30.000	30.000
Vallourec & Sumitomo Tubos do Brasil	-	30.000
	<u>475.000</u>	<u>476.200</u>

b) Receitas de gratuidades

Referem-se a serviços prestados de assessoria contábil e jurídica, auditoria das demonstrações financeiras e serviços estruturais, sem cobrança de honorários, conforme demonstrado abaixo:

	<u>2023</u>	<u>2022</u>
FCA Fiat Chrysler Participações do Brasil Ltda.	196.747	190.081
Ernst & Young Auditores Independentes S/S Ltda.	27.550	26.500
Sistema FIEMG	19.203	23.005
	<u>243.500</u>	<u>239.586</u>

Instituto Minas Pela Paz - IMPP

Notas explicativas às demonstrações financeiras--Continuação

31 de dezembro de 2023 e 2022

(Valores expressos em reais, exceto quando indicado de outra forma)

14. Despesas com projetos

Descrição por projeto social

	<u>2023</u>	<u>2022</u>
Projeto Trampolim (i)	(141.804)	(132.129)
Projeto Trampolim - CMDCA(ii),	(135.137)	(2.864)
Projeto Pró-APAC - Expansão APACs (iii)	-	(787)
Projeto Pró-APAC - Inserção Profissional (iii)	(174.790)	(167.723)
Projeto Pró-APAC - Gestão APACs (iii)	(46.341)	(40.122)
Projeto Mandando a Real (iv)	(8.342)	(22.996)
Projeto Programa Descubra (v)	(500.703)	(115.433)
	(1.007.117)	(482.054)
De recurso de projetos (Nota 11)	(715.153)	(164.475)
De recurso próprio	(291.964)	(317.579)
	(1.007.117)	(482.054)

i) *Projeto Trampolim*

Tem como objetivo promover ações para inclusão social de jovens e adolescentes em cumprimento de medida socioeducativa e egressos, através da integração social e profissional.

ii) *Projeto Trampolim CMDCA (Conselho Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente)*

O Trampolim CMDCA visa ampliar o engajamento dos jovens atendidos no projeto Trampolim e melhorar o acompanhamento dos processos de inserção profissional dos adolescentes visando a sua permanência e conclusão do contrato de aprendiz.

O projeto retomou as atividades em janeiro de 2023 e encerrou em agosto de 2023.

iii) *Projeto Pró-APAC*

Expansão APACs

As APACs são as instituições onde o Instituto concentra os esforços, devido a metodologia exitosa na formação humana daqueles que cumprem suas penas e de suas famílias, tem um modelo humanizado de sistema prisional, capaz de dar dignidade aos recuperandos dessa instituição. Assim, o Instituto apoia o fomento à expansão, implantação, manutenção e gestão de unidades prisionais APACs.

Projeto paralisado em 2023.

Instituto Minas Pela Paz - IMPP

Notas explicativas às demonstrações financeiras--Continuação
31 de dezembro de 2023 e 2022
(Valores expressos em reais, exceto quando indicado de outra forma)

14. Despesas com projetos--Continuação

Descrição por projeto social--Continuação

iii) *Projeto Pró-APAC--Continuação*

Expansão APACs--Continuação

Possui o foco na formação humana, preparação e qualificação profissional do recuperando para sua inserção social e no mercado de trabalho; apoio às unidades produtivas geridas pelas APACs; mobilização de empresas para instalação de unidades produtivas nas APACs; mobilização de comunidade para apoio a APAC e inserção social e profissional de recuperandos.

Inserção Profissional

A partir de 2018, com a ampliação de ações voltadas à inserção e profissionalização de recuperandos e de apoio às APACs, a parceria do Instituto Minas Pela Paz com a FBAC (Fraternidade Brasileira de Assistência aos Condenados) e TJMG concentra-se no Programa Pró-APAC, passando a nominar a ampla atuação do IMPP nas APACs. Com atuação não só voltada à qualificação de recuperandos e preparação para o mercado de trabalho, mas também pelo fortalecimento e expansão da metodologia e o desenvolvimento de um novo modelo de gestão.

Uma das intervenções do IMPP se dá na busca de inserção social e profissional dos recuperandos, bem como apoiar as APACs na busca de geração de recursos para sua instituição. Para isso atuamos com o foco na formação humana, preparação e qualificação profissional do recuperando para sua inserção social e no mercado de trabalho; apoio às unidades produtivas geridas pelas APACs; mobilização de empresas para instalação de unidades produtivas nas APACs; mobilização de comunidade para apoio a APAC e inserção social e profissional de recuperandos.

Gestão APACs

O Instituto, juntamente com os parceiros FBAC (Fraternidade Brasileira de Assistência aos Condenados), BTA Consultores Associados e Sebrae, buscam definir e padronizar modelo de gestão administrativo e financeiro comum à todas as APACs.

Instituto Minas Pela Paz - IMPP

Notas explicativas às demonstrações financeiras--Continuação
31 de dezembro de 2023 e 2022
(Valores expressos em reais, exceto quando indicado de outra forma)

14. Despesas com projetos--Continuação

Descrição por projeto social--Continuação

iv) *Projeto Mandando a Real*

Projeto realizado com recursos do Fundo Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente - FMDCA/BH, Instrumento Jurídico 01.2021.1013.0027, o projeto Mandando a Real tem o objetivo de sensibilizar e despertar os adolescentes e seus familiares para as alternativas de produção e reprodução da vida econômica como forma de mitigar os impactos da pandemia da COVID-19. Propomos como ação, produzir e disponibilizar 10 tirinhas com 04 quadros cada com o conteúdo formativo e educacional sobre letramento empreendedor para adolescentes moradores de periferias e seus familiares.

Os conteúdos do Mandando a Real sobre Letramento Empreendedor busca sugerir a importância de se fazer a conexão das juventudes das periferias com o universo tecnológico, disponibilizando o acesso às informações e estimulando o empreendedorismo criativo. Projeto concluído em fevereiro de 2023.

v) *Projeto Descubra*

O Projeto Descubra é uma iniciativa do Instituto Minas Pela Paz, custeada através de termo de reversão firmado perante o Ministério Público do Trabalho de Minas Gerais, referente ao processo judicial n. 0090600.86.2009.5.03.0020, cuja destinação foi homologada pela Justiça do Trabalho. Visa elaborar e implantar um programa de gestão do conhecimento, das informações e dos resultados do Programa Descubra em Belo Horizonte em parceria com o Ministério Público do Trabalho de Minas Gerais e as organizações signatárias do programa.

Instituto Minas Pela Paz - IMPP

Notas explicativas às demonstrações financeiras--Continuação

31 de dezembro de 2023 e 2022

(Valores expressos em reais, exceto quando indicado de outra forma)

14. Despesas com projetos--Continuação

As despesas dos projetos por natureza são como segue:

	2023	2022
Projeto Trampolim		
Custo com pessoal	(104.847)	(98.897)
Transporte	(399)	(1.100)
Telefone e internet	(993)	(1.454)
Gastos com veículos	(220)	-
Refeições	(1.173)	(1.880)
Materiais de escritório	(53)	(212)
Despesas tributárias	-	(2)
Encargos sociais	(32.169)	(26.598)
Outras	(1.950)	(1.986)
	(141.804)	(132.129)
	2023	2022
Projeto Trampolim – CMDCA		
Custo com pessoal	(6.879)	-
Transporte	(754)	-
Telefone e internet	(4.260)	-
Despesas tributárias	(2.151)	(2.864)
Propaganda e publicidade	(4.800)	-
Materiais de escritório	(15)	-
Consultoria administrativa	(56.471)	-
Eventos	(59.807)	-
	(135.137)	(2.864)
	2023	2022
Projeto APACs		
Custo com pessoal	(158.387)	(148.236)
Gastos com veículos	(9.272)	(8.861)
Viagens e hospedagens	(582)	(812)
Telefone e internet	(1.570)	(1.642)
Refeições	(675)	(1.140)
Transporte	(944)	(1.147)
Encargos sociais	(49.093)	(46.176)
Despesas tributárias	-	(2)
Outras	(608)	(616)
	(221.131)	(208.632)

Instituto Minas Pela Paz - IMPP

Notas explicativas às demonstrações financeiras--Continuação

31 de dezembro de 2023 e 2022

(Valores expressos em reais, exceto quando indicado de outra forma)

14. Despesas com projetos--Continuação

	2023	2022
Projeto Mandando a Real		
Consultoria administrativa	(2.031)	(3.850)
Despesas tributárias	(61)	(46)
Transporte	-	(72)
Serviço de produção	(6.250)	(18.750)
Outras	-	(278)
	(8.342)	(22.996)
	2023	2022
Projeto Programa Descubra		
Custo com pessoal	(262.620)	(61.565)
Consultoria administrativa	(109.455)	(36.335)
Despesas financeiras	(895)	(22)
Encargos sociais	(62.390)	(13.855)
Telefonia e internet	(3.790)	(688)
Materiais de escritório	(292)	(808)
Depreciação	(6.847)	(2.160)
Transporte	(3.132)	-
Eventos	(35.007)	-
Gastos com veículos	(558)	-
Despesas tributárias	(11.890)	-
Outras	(3.827)	-
	(500.703)	(115.433)

15. Despesas administrativas

As despesas administrativas referem-se, principalmente, aos gastos necessários à manutenção da estrutura administrativa do Instituto, conforme demonstrado abaixo:

	2023	2022
Custo com pessoal	(405.010)	(385.199)
Encargos sociais	(116.340)	(112.162)
Serviços de terceiros - gratuidades (Nota 13)	(243.500)	(239.586)
Consultoria administrativa e jurídica	(5.142)	(25.614)
Materiais de escritório	(247)	(456)
Depreciação	(3.010)	(2.782)
Telefonia e internet	(7.650)	(7.245)
Transporte	(463)	(645)
Refeições	(407)	-
Despesas de cartório	(2.987)	(366)
Revistas e publicações	-	(2.828)
Gastos com veículos	(1.295)	(6.292)
Outros	(7.295)	(8.668)
	(793.346)	(791.843)

Instituto Minas Pela Paz - IMPP

Notas explicativas às demonstrações financeiras--Continuação
31 de dezembro de 2023 e 2022
(Valores expressos em reais, exceto quando indicado de outra forma)

16. Resultado financeiro, líquido

	<u>2023</u>	<u>2022</u>
Receitas financeiras		
Receita de aplicações financeiras	<u>56.121</u>	82.935
	<u>56.121</u>	82.935
Despesas financeiras		
Juros e multa de mora	(2)	-
Despesas bancárias	(97)	(194)
Outros	(93)	(96)
	<u>(192)</u>	<u>(290)</u>
Resultado financeiro, líquido	<u>55.929</u>	<u>82.645</u>

17. Gerenciamento de riscos e instrumentos financeiros

17.1. Gerenciamento de riscos

Gestão de risco financeiro

As atividades do Instituto o expõe aos riscos financeiros de crédito e liquidez. A gestão de risco do Instituto se concentra na imprevisibilidade dos mercados financeiros e busca minimizar potenciais efeitos adversos no desempenho financeiro. O Instituto não possui nenhuma operação com instrumentos financeiros derivativos especulativos, ou em quaisquer outros ativos de risco.

Os principais fatores de riscos inerentes às operações do Instituto são expostos a seguir:

Risco de liquidez

O risco de liquidez consiste na eventualidade do Instituto não dispor de recursos suficientes para cumprir com seus compromissos em função de diferença dos prazos de liquidação de seus direitos e obrigações.

O controle da liquidez e do fluxo de caixa do Instituto é monitorado diariamente pela área financeira, de modo a garantir que a geração operacional de caixa e a captação prévia de recursos, quando necessária, sejam suficientes para atender às suas necessidades operacionais.

Instituto Minas Pela Paz - IMPP

Notas explicativas às demonstrações financeiras--Continuação

31 de dezembro de 2023 e 2022

(Valores expressos em reais, exceto quando indicado de outra forma)

17. Gerenciamento de riscos e instrumentos financeiros--Continuação

17.1. Gerenciamento de riscos--Continuação

Gestão de risco financeiro--Continuação

Risco de crédito

O risco de crédito decorre de caixa e equivalentes de caixa, depósitos em bancos, bem como de exposições de crédito, ou seja, decorrem da possibilidade de o Instituto sofrer perdas decorrentes de instituições financeiras depositárias de recursos ou de investimentos financeiros. Para mitigar esses riscos, o Instituto acompanha rigorosamente os fluxos de recebíveis, além de fazer o acompanhamento permanente das posições em aberto.

17.2. Instrumentos financeiros

O Instituto realiza operações envolvendo instrumentos financeiros que se destinam a captar e aplicar seus recursos, bem como reduzir sua exposição a riscos de taxas de juros. Os instrumentos financeiros do Instituto encontram-se registrados em contas patrimoniais em 31 de dezembro de 2023 e 2022 e a administração desses instrumentos é efetuada através de estratégias operacionais, visando liquidez, rentabilidade e segurança. A política de controle consiste em acompanhamento permanente das taxas contratadas comparadas àquelas vigentes no mercado.

Os valores apresentados dos principais ativos e passivos financeiros são assim demonstrados por categoria\:

	<u>2023</u>	<u>2022</u>
Ativos financeiros		
Custo amortizado		
Caixa	1.500	1.500
Bancos - recursos sem restrição	66.167	93.771
Bancos - recursos com restrição	36.460	20.807
Aplicação Financeira	179.175	431.133
Aplicação financeira - valores vinculados	130.400	369.182
Passivos financeiros		
Custo amortizado		
Fornecedores	7.274	5.094

Instituto não aplica em derivativos, ou em quaisquer outros ativos de risco. Os valores de mercado dos ativos e passivos financeiros não divergem dos valores contábeis deles, na extensão em que foram pactuados e encontram-se registrados por taxas e condições praticadas no mercado para operações de natureza, risco e prazo similares.

Instituto Minas Pela Paz - IMPP

Notas explicativas às demonstrações financeiras--Continuação
31 de dezembro de 2023 e 2022
(Valores expressos em reais, exceto quando indicado de outra forma)

Conselho Deliberativo

Cledorvino Belini (Presidente)
Marco Antônio Branquinho Júnior (Vice-
Presidente)
Antônio Filosa (Conselheiro)
Othon de Villefort Maia (Conselheiro)
Eugênio Pacelli Mattar (Conselheiro)
Rubens Menin Teixeira de Souza (Conselheiro)

Conselho Fiscal

Márcio de Lima Leite (Conselheiro Fiscal)
Adermo Oscar Costa (Conselheiro Fiscal)
Maria Inês Ferreira Pinto Coelho (Conselheira
Fiscal)

Diretoria

Paula Regina Pizzani Queiroz (Coordenadora)
Raphael Rocha Lafetá (Vice Coordenador)
Roberto Baraldi (Diretor)
Francisco de Assis Lafetá Couto (Diretor)
Fernando Antônio Cláudio (Diretor)

Responsável técnico

Regina Célia dos Santos Werneck Monteiro
Contadora-CRC-MG074846/O-8